

PÁG 2 MP 998 segue para sanção

PÁG 5 Mercado livre potencial e expansão da oferta via mercado: Abraceel apresenta estudos aos associados

PÁG 6 Abraceel apresenta estudo Thymos para Abradee

PÁG 9 Abraceel persiste na conscientização da diretoria da ANP sobre a proposta do comercializador independente de etanol

PÁG 11 Abraceel apresenta proposta de Plano de Mídia para 2021

PÁG 13 Radar Legislativo

PÁG 15 Abraceel Na Mídia

PÁG 16 Curtas

PÁG 21 Próxima semana

PÁG 22 Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

MP 998 segue para sanção

Matéria em 1 minuto

Medida foi aprovada no Senado no dia 04.02;
O texto define a contratação de capacidade e aprimora o varejista.



Tempo de leitura:
4 minutos

O Plenário do Senado aprovou, na última quinta (04.02), o Projeto de Lei de Conversão nº 42 de 2020, oriundo da Medida Provisória nº 998. O relatório do senador Marcos Rogério (DEM/RO) contemplou apenas emendas de redação, uma vez que se houvesse mudança de mérito na matéria, o texto retornaria para a Câmara correndo o risco de perder a validade, considerando que a MP caducaria dia 09.02.



Pautas importantes são contempladas: contratação de capacidade e varejista

O texto traz importantes vitórias para o mercado de energia, com pautas que vem sendo trabalhadas exaustivamente pela Abraceel, a exemplo da definição da contratação de capacidade (adequabilidade do suprimento) e aprimoramentos na comercialização varejista (indispensável à almejada portabilidade da conta de luz pelos consumidores), que permitem estabelecer uma fase de transição na direção de um setor elétrico mais moderno e com foco no consumidor.

DESTAQUES DO TEXTO:

(os destaques foram retirados do parecer disponibilizado no site do Senado até o fechamento deste Relatório em <https://bit.ly/3roorbx>)

O art. 4º, que modifica a Lei 9.427 de 1996, dispõe sobre os descontos na TUST e TUSD. Lembramos que na redação original da MP os prazos levavam em consideração a data de 01/09/2020 e foram alterados para 12 meses após a publicação da Lei. A redução dos subsídios será aplicada:

- aos empreendimentos que solicitarem a outorga, conforme regulamento da Aneel, no prazo de até doze meses, contado a partir da publicação da Lei e que iniciarem a operação de todas as suas unidades geradoras no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data da outorga;
- a mesma regra vale para pedidos de ampliação da capacidade instalada;
- confere um período de transição maior para as PCHs;

- caberá ao Poder Executivo, no prazo de doze meses da publicação da Lei, definir diretrizes para mecanismo que considere os benefícios ambientais relacionados à baixa emissão de gases causadores do efeito estufa.

O art. 6º da MP, que modifica a Lei 10.848 de 2004, introduz mecanismo competitivo de desconstrução ou redução da energia elétrica contratada por distribuidoras, amplia os produtos a serem contratados na forma de reserva de capacidade e permite que empreendimentos existentes participem da contratação da reserva de capacidade, explicitando a base de cálculo do encargo que cobre os custos com tal contratação.

Na redação original da MP, apenas os **novos** empreendimentos poderiam integrar o processo licitatório.

O art. 6º também disciplina o desligamento de agentes da CCEE, garantindo segurança jurídica para a comercialização, principalmente a varejista. Conforme o texto aprovado, a inadimplência de consumidores perante o comercializador varejista ensejará o encerramento da representação do consumidor pelo varejista. A lei veda a imposição ao comercializador varejista de quaisquer ônus ou obrigações não previstos nos contratos ou em regulamento da Aneel.

Destacamos que a Abraceel contratou estudo com a Thymos sobre mercado de capacidade e apresentou à Aneel, MME, EPE, ONS, BNDES e CCEE. O material também foi apresentado por Alexandre Viana, da Thymos, durante o 2º Workshop Lastro e Energia, promovido pelo MME em 2019, que se propôs a discutir os estudos alternativos sobre mecanismos de adequabilidade para a implementação da separação lastro e energia. Com o avanço das discussões sobre a modernização do setor, a Abraceel conseguiu participar da frente que discutirá lastro e energia no âmbito do GT Modernização do MME.

Também há anos a Abraceel e seus associados reforçam a importância de melhores regras para a comercialização varejista, em especial o corte do inadimplente, de forma a aperfeiçoar essa modelagem fundamental no processo de abertura do mercado.

Quando publicada no Diário Oficial, a MP 998 trouxe uma proposta para o mercado de capacidade em linha com o que vinha sendo defendido pela Abraceel. A matéria ajusta a redação sobre a contratação de reserva de capacidade destinada a melhorar a segurança do sistema, bem como aprimora a questão do varejista.

O futuro do mercado de energia chegou!

“Para os agentes de mercado, a sinalização dada pela MP 998 sobre a trajetória futura do mercado elétrico é indispensável para a programação de investimentos que permitam a retomada do crescimento econômico no momento em que o país apresenta a redução de quase 10% do PIB e contabiliza a perda de 10 milhões empregos devido à Pandemia. Para os consumidores, o novo contexto traz pressões competitivas na comercialização de energia e a transferências de riscos aos agentes que não eles não podem gerenciar”, diz Reginaldo Medeiros em artigo sobre a matéria disponível [clikando aqui](#).

No Senado, foram apresentados destaques do MDB, PT e Cidadania. O primeiro partido retirou, o segundo teve seu destaque rejeitado na votação e, após acordo, o destaque do Cidadania foi transformado em emenda de redação.

A matéria seguirá para sanção presidencial. A redação final não havia sido disponibilizada até o fechamento deste Relatório. As considerações feitas nessa matéria foram baseadas:

- na redação do PLV 42 que chegou para deliberação do Senado (<https://bit.ly/3cKxcZi>);
- no parecer do Senador Marcos Rogério (DEM/RO) disponibilizado no site, que destaca quais as mudanças que foram efetuadas na redação original da MP 998 (<https://bit.ly/2YLB2sT>);
- na premissa de que não houve alterações de mérito em relação ao texto aprovado na Câmara, uma vez que isso acarretaria em nova deliberação pelos deputados.

Lembramos que após a publicação da MP 998, a Abraceel disponibilizou um resumo preliminar aos associados, disponível na área restrita, em “Documentos Gerais” (<https://bit.ly/36lyFf6>). O documento também foi enviado aos associados por e-mail no dia 02.09.20.

Como o acordo com o Cidadania foi costurado durante a votação da matéria, a redação final ainda não está disponível. O ajuste é referente ao art. 10 § 3º:

O preço da energia elétrica de que trata o inciso I do § 2º deste artigo, que deverá ser aprovado pelo CNPE, será resultante do estudo contratado pela Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e considerará, cumulativamente, a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e seu financiamento em condições de mercado, observados os princípios da razoabilidade e da modicidade tarifária, **ouvida a Empresa de Pesquisa Energética em relação ao impacto ao consumidor** (grifo nosso).

Abraceel e Fase enviam cartas ao Senado apoiando aprovação da MP 998

O Fórum das Associações do Setor Elétrico enviou carta ao Líder do Governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), apoiando a aprovação da Medida Provisória 998. O Fórum argumentou que é inegável que a MP traz benefícios ao bom funcionamento do setor elétrico e sua aprovação é essencial para que problemas decorrentes da pandemia sejam equacionados. A carta menciona também que os dispositivos legais propostos têm o mérito de encaminhar uma fase de transição rumo à modernização do setor, representada pelo conteúdo do PLS 232/2016 que aguarda votação no Senado Federal. Das 26 associações participantes do Fase, 21 assinaram a carta, entre elas, a Abraceel. Carta de igual teor foi encaminhada para o presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), ao relator da MP 998, senador Marcos Rogério (DEM/RO), e para o líder do Governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB/TO). Lembramos que em outubro de 2020, a Abraceel também enviou carta aos presidentes de cada Casa, ao líder de governo do Congresso e líder do Governo no Senado enfatizando a importância da aprovação da MP.

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE

Mercado livre potencial e expansão da oferta via mercado: Abraceel apresenta estudos aos associados

Matéria em 1 minuto

Estudo contratado pela Abraceel, mapeou os consumidores livres e cativos por faixa de demanda e região geográfica, a fim de obter um panorama objetivo do potencial de expansão do mercado livre;

O estudo também quantificou todo o restante do mercado de alta tensão estratificado por faixas de demanda;

Foi apresentado também estudo sobre a expansão da oferta para o mercado livre. O destaque do estudo é que 72% de tudo que está em construção no país em nova geração são projetos para o mercado livre, representando R\$100bi em investimentos.



Tempo de leitura:
1 minuto

Dois importantes estudos foram apresentados aos associados da Abraceel na última terça, 02.02. Neusa Antunes, da Consultoria Escher, mapeou os consumidores livres e cativos por faixa de demanda e região geográfica, a fim de obter um panorama objetivo do potencial de expansão do mercado livre. O estudo também quantificou todo o restante do mercado de alta tensão estratificado por faixas de demanda.

Os números foram apresentados aos presentes, que tiraram suas dúvidas com a consultora. A apresentação está nos seus ajustes finais para envio aos associados por e-mail.

No mesmo dia, a equipe técnica apresentou a atualização do estudo sobre expansão da oferta para o mercado livre. A partir de dados da Aneel, CCEE, EPE, BNDES e BNB, foi elaborado um panorama das usinas em construção no país. O destaque do estudo é que 72% de tudo que está em construção no país em nova geração são projetos para o mercado livre, representando R\$100 bilhões em investimentos.

Isto altera o paradigma de financiamento da geração no Brasil, tanto no banco quanto no setor. É uma grande vitória do mercado, pois estão claros os números crescentes da geração para o mercado livre nos últimos dois anos. Além disso, a partir desses dados, conseguimos expor aos órgãos setoriais que, se a abertura de mercado não continuar para clientes abaixo de 500 KW, a nova dinâmica de expansão da geração via mercado livre será afetada. Este último estudo já está disponível no site, [clique aqui](#).

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Abraceel apresenta estudo Thymos para Abradee

Matéria em 1 minuto

Abradee reconhece a importância do estudo para a abertura do mercado e pedirá que seus associados façam contribuições;

Estudo apresenta alternativas regulatórias para os temas contratos legados, política de medição, supridor de última instância, comercializador varejista e faturamento;

Reginaldo enfatiza a importância de convergência e de se levar os temas com urgência à discussão pública.



Tempo de leitura:
3 minutos

A Diretoria da Abraceel esteve reunida com a Diretoria da Abradee e seus associados, no dia 03.02, para apresentação do estudo Thymos sobre a abertura integral do mercado elétrico brasileiro. Alexandre Viana e Victor Ribeiro, da Thymos, participaram da reunião para apresentar o estudo. Marcos Madureira, presidente da Abradee, abriu a reunião e enfatizou a importância da discussão do tema para a abertura sustentável do mercado de energia elétrica, posição defendida pela associação ao longo dos anos.

Reginaldo Medeiros destacou a importância da necessidade de respeito aos contratos, seja no mercado regulado ou livre. Disse que esse é um ponto crucial, visto que a Abraceel defende a abertura do mercado com sustentabilidade e respeito aos contratos. Reforçou que o estudo Thymos, contratado pela Abraceel, aponta alternativas para a abertura do mercado e não somente um único caminho a ser seguido.



Viana iniciou sua apresentação questionando o porquê de se promover a abertura do mercado de energia elétrica. Enfatizou que a competição é um valor em si, pois gera concorrência e preços menores e que os Estados Unidos são um ótimo case para estudar para avaliar essa questão, pois os estados são muito diferentes entre si quanto ao nível de

abertura do mercado. De modo geral, o preço de energia elétrica caiu em todo o país, dada a inserção crescente de renováveis e a queda do preço dos combustíveis fósseis. Entretanto, a queda do preço de energia no mercado regulado foi menor que nos estados com mercado livre. A média foi 18% em estados com tarifas reguladas e 31% em mercados abertos, onde há competição.

Viana enfatizou que o estudo aponta a plena viabilidade da abertura do mercado no Brasil, considerando que algumas premissas devem ser levadas em consideração para que a abertura se dê de forma sustentável: segurança do suprimento, formação de preços com maior sentido econômico, regulação por incentivos sempre que possível, respeito aos contratos legados e menor necessidade de intervenção governamental.

Apontou que para cada tema o estudo debate alternativas regulatórias, com seus pontos positivos e negativos, e propõe a adoção de uma, considerada preferencial ou recomendada, de acordo com a análise da consultoria.

Contratos legados

Iniciou questionando “Quem irá gerenciar os contratos legados?”. Apontou duas opções de alocação: a uma entidade gestora de contratos legados ou à comercializadora da atual distribuidora. Disse que os contratos podem ser alocados de forma centralizada ou mantidos em caráter bilateral, observando que a última alternativa possui reflexos na competitividade das comercializadoras reguladas, que poderão surgir da separação das atividades das distribuidoras. Entretanto, reforçou que seja qual for a transição, os consumidores que migram devem carregar somente custos assumidos no ACR individualmente, de forma a não aumentar os contratos legados.

Os associados da Abradee levantaram pontos de preocupação e debateram soluções para o tema. Madureira sugeriu que seus associados mandassem sugestões sobre as propostas apresentadas pela consultoria para que se busque chegar a um consenso.

Política de medição

Viana questionou qual deveria ser a política de medição adotada na abertura do mercado. Sugeriu três alternativas: manter o medidor eletromecânico existente; substituição dos medidores convencionais por os do tipo “smart meter” somente na migração e substituição por “smart meters” em programas de “roll-out” pelas distribuidoras. Viana e os associados da Abradee concordaram que, embora a troca dos medidores para os do tipo inteligentes dos consumidores que migrarem seja a alternativa indicada, sua não adoção não é impeditiva, tampouco é questão crucial que condicione a abertura integral do mercado.

Supridor de última instância

Para exercer a atividade de supridor de última instância (SUI), Viana sugeriu três alternativas, baseadas nas experiências internacionais: a não adoção da figura do SUI, perma-

necendo a distribuidora local com essa responsabilidade; a comercializadora regulada advinda da distribuidora local se torna o SUI ou permitir que qualquer comercializadora varejista seja elegível a postular ser o SUI. Viana disse acreditar que a alternativa mais adequada, na visão da consultoria, seria a segunda.

Comercializador varejista

O estudo aponta aprimoramentos necessários para tornar a modalidade viável, com destaque para o estabelecimento de critério de rescisão automática do contrato do varejista com o consumidor no 400º dia de inadimplência e a implantação da figura do agregador de dados de medição, que pode proporcionar um efeito catalisador no aumento de adesão de consumidores de pequeno porte ao mercado varejista, bem como ofertar novos serviços.

Política de faturamento

Sobre a política de faturamento, o estudo sugere três alternativas baseadas na experiência internacional: faturas de distribuição e comercialização separadas, faturas de distribuição e comercialização unificadas e escolha do consumidor. Na visão da consultoria, a proposta adequada seria a segunda, por entender que a tecnologia PIX abre enormes possibilidades para a integração dos sistemas comerciais de distribuidora e comercializadoras, podendo até serem inseridas ações de “nudge”.

Após elogios dos associados da Abradee ao estudo, Marcos Madureira agradeceu a disponibilidade da Abraceel pela reunião e sugeriu que a Abraceel enviasse o estudo para que a Abradee possa fazer contribuições. Medeiros agradeceu o profícuo debate e disse que o estudo está integralmente à disposição da Abradee e que, se necessário, poderão ser realizadas novas reuniões para debater pontos específicos. Medeiros finalizou afirmando que seria de suma importância o apoio da Abradee na discussão pública para que a abertura do mercado ocorra de forma mais eficiente, sustentável e célere.

O estudo da Thymos, encomendado pela Abraceel, **está disponível no nosso site, destacado na página inicial e na aba “Biblioteca” -> “Estudos”**.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Abraceel persiste na conscientização da diretoria da ANP sobre a proposta do comercializador independente de etanol

Matéria em 1 minuto

A Abraceel reforçou a importância da proposta do comercializador independente, no âmbito da CP ANP 17/20, pois não conflita com o papel do distribuidor vinculado sugerido pela Agência, além de mitigar a possibilidade de sonegação fiscal e ampliar a segurança do abastecimento, atraindo novos recursos para o setor;

A proposta da Abraceel é eliminar a obrigação do comercializador ser vinculado ao produtor ou cooperativa de produtores;

A ANP alegou que não há dúvidas que o assunto deve ser estudado pela equipe técnica e entende que a proposta do distribuidor vinculado e do comercializador independente estão em tempos diferentes.



Tempo de leitura:
2 minutos

Em mais uma tentativa da Abraceel de sensibilizar a Diretoria Colegiada da ANP para a importância da proposta do comercializador independente de etanol, apresentada pela Associação no âmbito da Consulta Pública da Agência 17/20, nesta semana foi realizada reunião com mais um diretor, desta vez feita o Relator do processo na Agência, Marcelo Castilho. Também participaram da reunião a equipe da associada Delta Energia, Thy-mos Energia e escritório de advocacia Souto Correa.

Na oportunidade, a Abraceel reforçou a importância de a proposta do comercializador independente entrar na revisão da RANP 43/09, âmbito da CP ANP 17/20, pois se trata de um complemento ao apresentado pela própria ANP, ou seja, não conflita com o papel do distribuidor vinculado sugerido pela Agência, além de mitigar a possibilidade de sonegação fiscal e ampliar a segurança do abastecimento, atraindo novos recursos para o setor.



A proposta da Abraceel nada mais é do que eliminar a obrigação de o comercializador ser vinculado ao produtor ou cooperativa de produtores, onde esse agente passa a atuar no atacado de álcool anidro e hidratado, realizando a compra e venda para usinas, venda aos distribuidores e compra e venda entre comercializadoras, dinamizando assim a comercialização no setor.

Em resposta, o Diretor alegou que não restam dúvidas que esse assunto deve ser estudado pela ANP, que o vê com bons olhos, e informou que a resolução a ser emitida na conclusão dessa consulta pública deverá contemplar encaminhamento, tanto para o distribuidor vinculado quanto para o comercializador independente. Destacou, contudo, que a Agência precisa estudar todos os prós e contras, como foi feito na proposta do distribuidor vinculado, que exigiu análises técnicas nos últimos dois anos.

Dessa forma, informou que a equipe técnica que está analisando esse processo - a Superintendência de Distribuição e Logística (SDL) - entende que a proposta do distribuidor vinculado e do comercializador independente estão em tempos diferentes, logo, a proposta da Abraceel requer mais tempo de análise pela Agência.

Finalizando a reunião, o Diretor Relator agradeceu os estudos enviados pela Abraceel, realizados pela Consultora Thymos Energia e pelo escritório de advocacia Souto Correa, que embasam a proposta apresentada, contribuindo para análise da área técnica.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Abraceel apresenta proposta de Plano de Mídia para 2021

Matéria em 1 minuto

Abraceel realiza primeira reunião do ano com as áreas de comunicação das empresas associadas com o objetivo de discutir o plano de mídia da Abraceel em 2021;

Foram apresentados 11 atos para promoção do mercado livre de energia;

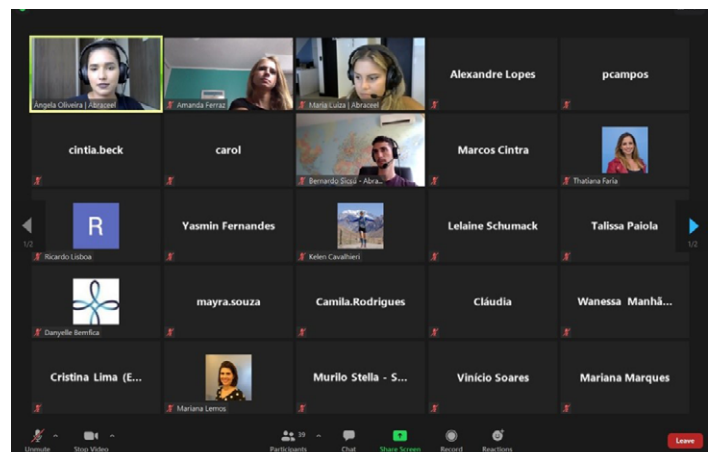
Associadas terão até o dia 12.02 para fazer sugestões ao plano para posterior deliberação do Conselho.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Vice-Presidência de Estratégia e Comunicação realizou, no dia 04.02, sua primeira reunião do ano com as áreas de comunicação das empresas associadas com o objetivo de discutir o plano de mídia da Abraceel em 2021.

Iniciando a reunião, Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais, agradeceu a presença de todos e disse que o objetivo da reunião é fortalecer a comunicação entre a Abraceel e suas associadas para que sejam alcançados, em conjunto, os três objetivos principais propostos no plano:



- Aprovar os projetos de lei da portabilidade na conta de luz que tramitam no Senado (PLS 232/2016) e na Câmara (PL 1917/2015);
- Conscientizar os tomadores de decisão (órgãos setoriais, associações, empresas, parlamentares, imprensa e população) sobre os benefícios da total abertura do mercado livre de energia;
- Consolidar a Abraceel como referência quando o assunto for mercado livre.

O plano proposto é composto por 11 atos principais, cada qual focando em um público diferente: setor elétrico, parlamentares, imprensa e sociedade.

Nossos associados farão a diferença

Replicação do conteúdo Abraceel: Associadas compartilham conteúdos do mercado de energia que estão nas páginas da Abraceel para maior visibilidade da mensagem que desejamos passar.

Produção de conteúdo para associadas: A associação produzirá conteúdos para que os associados coloquem suas logos e compartilhem em suas redes.

Finalizando a reunião, as associadas elogiaram o plano e enfatizaram a importância do engajamento das empresas, visto que se todos agirem sob um único denominador comum a comunicação terá ainda mais força perante os stakeholders de interesse. Ângela Oliveira agradeceu novamente todos os presentes e encaminhou o plano de mídia apresentado para sugestões das empresas, até o dia 12.02, a fim de que o plano possa ser deliberado em reunião do Conselho da Abraceel.

A apresentação realizada está disponível na área restrita do site, seção “Apresentações Exclusivas”.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



RADAR LEGISLATIVO

No dia 01.02, Câmara e Senado elegeram seus novos presidentes. O Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG) foi eleito com 57 votos e o Deputado Arthur Lira (PP/AL), com 302 votos. Destacamos que cabe às presidências das Casas a definição da pauta que será deliberada e os projetos da portabilidade (PLS 232/2016 e PL 1917/2015), bem como a nova lei do gás (PL 4476/2020) são matérias importantes ao mercado e que aguardam votação.



Arthur Lira (PP/AL):

Empresário, advogado e agropecuarista, Lira está no seu segundo mandato na Câmara dos Deputados. Na sua posse, defendeu a harmonia entre os Poderes e frisou que serão colocadas em votação as propostas sugeridas pela maioria das lideranças partidárias. Disse que a Câmara tratará com rapidez a reforma administrativa e teve reunião com o presidente do Senado para definir a votação da reforma tributária, cujo relatório deve ser entregue até o fim do mês.

lideranças partidárias. Disse que a Câmara tratará com rapidez a reforma administrativa e teve reunião com o presidente do Senado para definir a votação da reforma tributária, cujo relatório deve ser entregue até o fim do mês.

Rodrigo Pacheco (DEM/MG):

Advogado, exercia mandato como deputado federal antes de ser assumir o Senado em 2019. Na Câmara, já ocupou a presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de grande importância na Casa, já que todos os projetos passam pela CCJC. Logo após tomar posse, já pautou a MP 998 e o PLS 232 está nas suas prioridades.



Na sessão solene de abertura do Legislativo, o Presidente Bolsonaro elencou as pautas prioritárias e a portabilidade da conta de luz está no rol de prioridades:



*“Dando continuidade a todo esse processo, diversas outras proposições legislativas merecem atenção e análise do Congresso Nacional neste ano de 2021, projetos esses que dependem da devida análise, adequação e aprovação pelo Parlamento brasileiro. Nesse ponto, citam-se, entre outros, as propostas de emenda constitucional do reordenamento das relações federativas, a reforma administrativa, a agenda de privatizações e de concessões, a revisão dos subsídios creditícios e gastos tributários, a reforma tributária, o projeto de lei complementar para a criação do Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador, o projeto de lei cambial, **a modernização do setor elétrico**, a partilha dos campos de óleo e gás, as debêntures de infraestrutura, entre outros projetos em tramitação neste Parlamento, bem como a independência do Banco Central.”*

Na Câmara, os líderes dos partidos já tiveram sua primeira reunião com definição de algumas diretrizes. Na próxima semana, as sessões continuarão sendo realizadas virtualmente. Na semana do Carnaval, também haverá sessão na quinta (18.02). A tendência é que os trabalhos presenciais retornem, à exceção dos parlamentares acima de 60 anos e de grupos de risco. Os demais deputados deverão comparecer à Câmara.

A Comissão Mista de Orçamento será instalada na próxima terça (09.02) e as comissões permanentes devem ser instaladas após o Carnaval. Voltarão as reuniões presenciais, porém sem público externo nem assessoria.

Já no Senado, a MP 998 foi deliberada (mais detalhes na matéria “MP 998 vai à sanção”).

Abraceel retoma agenda da portabilidade no Congresso

Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Abraceel, se reuniu com a deputada Jaqueline Cassol (PP/RO), no dia 04.02, para discutir o PL 1917/2015, em análise em comissão especial presidida pela deputada. Com o retorno das atividades do Congresso e retorno das comissões, além da perspectiva de conclusão da tramitação do PLS 232 no Senado, caberá à Câmara a definição sobre o futuro do setor elétrico.



[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Folha de S. Paulo Mercado livre de energia reduziria em até 30% custo para consumidor, diz associação

Em entrevista à Folha, Reginaldo Medeiros apresentou os principais pontos do estudo Thymos, explicando a viabilidade e os benefícios da abertura integral do mercado de energia. Confira a matéria [clikando aqui](#).



Canal Energia Estudo da Abraceel mostra que abertura total do mercado é viável

Ainda sobre o estudo em parceria com a Thymos, o Canal Energia veiculou matéria que explica a viabilidade da abertura do mercado a partir do estudo. Confira a matéria [clikando aqui](#).



Valor Econômico Mercado livre viabiliza novos projetos de geração

Em entrevista ao Valor Econômico, Reginaldo e Bernardo explicam as vantagens da expansão da oferta para o mercado livre e a migração dos consumidores para esse ambiente de contratação. Confira a matéria [clikando aqui](#).

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE



CURTAS

Inscrições abertas para candidatura ao Conselho

Continua aberto o período para registro de candidaturas ao Conselho de Administração da Abraceel para o biênio 2021-2023. A eleição ocorrerá no dia 11.03, às 9h30, em processo totalmente online. Podem concorrer à eleição para o Conselho aqueles que sejam efetivamente representantes oficiais das empresas associadas perante a Abraceel, conforme os registros constantes na Associação. **Para se inscrever, basta manifestar-se por e-mail à Diretoria Executiva (abraceel@abraceel.com.br) até 48 horas antes do momento da abertura da assembleia de votação.** Candidaturas registradas até o fechamento desta edição do Relatório Semanal:

- Ricardo Lisboa, Delta;
- Moacyr Carmo, Argon;
- Eduardo Takamori, Engie;
- Camila Schoti, Eneva;
- Marcos Aurélio, Cemig;
- Marco Sureck, Echoenergia;
- Alessandro de Brito Cunha, BC Energia.

Abraceel ingressa no Deinfra/FIESP

O Presidente Executivo da Abraceel, Reginaldo Medeiros, ingressou no Departamento de Infraestrutura da FIESP como um dos diretores da divisão de energia. O Deinfra tem como objetivo promover a competitividade da indústria nacional e, para isso, articula com entidades e associações nacionais e internacionais, além de promover estudos, nas

questões estratégicas dos setores de energia, logística e transportes, telecomunicações e saneamento básico. Reginaldo participa da primeira Reunião Ordinária da Diretoria de Energia da FIESP na próxima quarta-feira, dia 10.02. **Conheça mais sobre o grupo clicando aqui: <https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/departamento-de-infraestrutura-deinfra/>**

Abraceel participa de live promovida pela associada 2W Energia

Quando o mercado livre de energia será para todos? Essa foi a pergunta que Reginaldo respondeu em live com a associada 2W Energia, no dia 04.02. Reginaldo Medeiros abordou os resultados do estudo Abraceel/Thymos sobre a Abertura Integral do Mercado de Energia. O evento foi conduzido pelo CEO da 2W Energia, Cláudio Ribeiro.



CCEE e Abraceel funcionarão normalmente no período de Carnaval

Após solicitação da Abraceel por maiores informações, a CCEE comunicou que o expediente da instituição será normal nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, período de carnaval. Também destacamos que a Abraceel manterá seu expediente normal no período. **Mais**

informações sobre as atividades da Câmara durante o carnaval podem ser acessadas através do link: <https://bit.ly/36JUKts>.

Contribuições Abraceel

Nesta semana, a Abraceel enviou contribuições relativas ao mercado de gás à: (i) consulta pública 20/2020 Arsesp: separação dos itens que compõem a conta de consumo dos usuários de gás natural em São Paulo; (ii) consulta pública 02/21 Arsesp: Agenda Regulatória 21/22; e (iii) consulta pública ARSP 01/21: mercado livre de gás no Espírito Santo. **Os três documentos estão disponíveis no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.**

Resoluções Agerba: Termo de compromisso do comercializador e contrato de movimentação

A Agerba publicou no dia 29.01, as Resoluções (i) 04/21: modelo de termo de compromisso para fins de autorização para comercializador; e (ii) 05/21: modelo de contrato de prestação de serviço de movimentação de gás canalizado. A Resolução Agerba 04/21 contém cláusulas que estabelecem as condições do termo de compromisso para autorização do agente comercializador, que incluem (i) competência da agência reguladora estadual de autorizar o agente comercializador; (ii) responsabilidade do comercializador quanto à qualidade do gás e obrigação de apresentação ao regulador de cópias dos contratos de comercialização e de aquisição de gás; e (iii) atividade de comercialização fiscalizada e controlada pela Agerba. O Fórum do Gás enviará carta à Agerba solicitando que as re-

soluções sejam revisadas, por não terem sido previamente submetidas à apreciação pública, por não estarem em conformidade com o que já foi deliberado pela diretoria colegiada da agência no dia 26.01 e por estarem em desarmonia com os princípios do novo mercado de gás. **Os documentos estão disponíveis no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.**

Primeiro contrato de serviço de transporte interruptível de gás natural no Brasil

A ANP informou que no dia 28.01, foi assinado o primeiro contrato do Brasil de serviço de transporte de gás natural na modalidade interruptível, modelo de entrada e saída. O contrato firmado, possui como contrapartes a TAG e a Proquigel, e prevê fornecimento de 2,3 milhões de m³/dia de gás natural a duas fábricas de fertilizantes operadas pela empresa petroquímica nos estados da Bahia e Sergipe. A assinatura do contrato é um novo marco no processo de abertura e diversificação do mercado nacional de gás natural. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/2MOzonW>.**



Fase define próximas ações

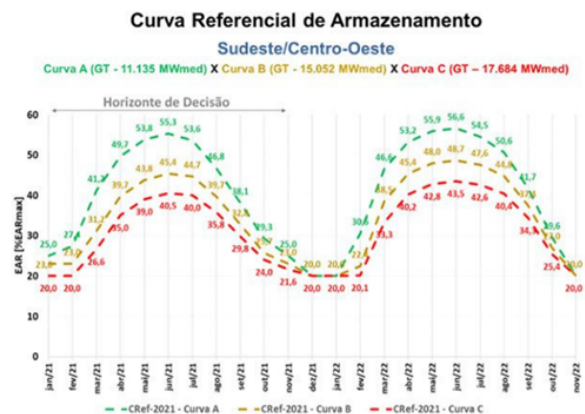
No dia 01.02, o FASE deliberou acerca das seguintes ações do fórum: (i) criação de grupo de trabalho com três membros, coordenado pela Abrace, para avaliar em sete dias os impactos das decisões do Ibama sobre Belo Monte no setor elétrico, e na sequência, emitir release que contenha comunicação simplificada para a sociedade sobre os impactos da decisão do Ibama; (ii) envio ao novo presidente do Senado de carta em apoio à MP 998, assinada por 21 das 26 associações integrantes do FASE; (iii) discussão sobre a governança setorial de uma forma mais ampla, com foco em diversos exemplos de órgãos que interferem na governança de outras entidades; e (iv) envio de carta ao Senador Jean Paul Prates (PT) solicitando retirar o requerimento desse parlamentar que submete a MP 232 ao Plenário do Senado, o que permitira seu envio direto à Câmara dos Deputados. A carta ao senador foi enviada em 03.02 e está disponível em: <https://bit.ly/2MA8YGs>

Acesso e conexão ao sistema de transmissão

Foi prorrogada para o dia 17.02, o prazo de contribuição à consulta pública Aneel 13/20, que visa consolidar e aperfeiçoar as regras que estabelecem as condições de acesso e conexão ao sistema de transmissão. Enviamos uma minuta de contribuição ao grupo técnico da Abraceel, e os interessados podem enviar sugestões ao documento até o dia 16.02, por meio do e-mail: gt@abraceel.com.br.

CMSE aprova aprimoramento da metodologia adicional para análise da necessidade de DFOM

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu no dia 03.02 para avaliar as condições de suprimento eletroenergético ao SIN. Na ocasião, diante da permanência de cenários de afluições críticas, baixos armazenamentos nos reservatórios das usinas hidrelétricas e restrições relativas aos usos múltiplos da água, o comitê manteve a diretriz de permissão de adoção de medidas excepcionais para o devido atendimento à carga. Adicionalmente, o ONS apresentou proposta de aprimoramento da metodologia vigente que trata da avaliação da necessidade de despacho térmico fora da ordem de mérito e respectiva curva de referência de armazenamento para 2021, vide imagem abaixo. A proposta foi aprovada pelo Comitê e não terá caráter determinativo, tendo sido alegado que a decisão busca trazer maior robustez e transparência ao processo. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3oP4HfA>.



Sexta Livre debaterá agenda do Legislativo com deputado Arnaldo Jardim

Na próxima sexta-feira, dia 12.02, às 10h, realizaremos nossa tradicional Sexta Livre com o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) para debater a agenda do setor de energia no Legislativo. O evento, exclusivo para associados, será transmitido via Zoom. Os dados de acesso foram enviados para os representantes e o GT. Contamos com a participação de todos.



Abraceel defende portabilidade na agenda da Indústria

Em mais um ano, a Abraceel marcou presença no Seminário RedIndústria, promovido pela CNI para construir a Agenda Legislativa da Indústria. O documento traz as principais proposições em tramitação na Câmara e no Senado que afetam o desenvolvimento do

país. Federações de indústria e associações setoriais participaram da discussão, pela primeira vez totalmente online, e mais uma vez o PLS 232/2016 e o PL 1917/2015 são selecionados para ingressar na agenda. O resultado do debate será lançado no dia 23 de março.

2W anuncia ex-CVM como presidente do conselho

A comercializadora de eletricidade 2W Energia anunciou nesta quinta-feira a ampliação de seu conselho de administração e a contratação do ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Leonardo Gomes Pereira para comandar o colegiado. Ainda foram eleitos para vagas no grupo a também ex-CVM Ana Dolores Novaes e Luiz Gustavo Mariano. Pereira, que presidirá o conselho, chefiou a CVM entre 2012 e 2017, enquanto Ana Dolores foi diretora da autarquia no mesmo período. Ela também já atuou no conselho da CPFL Energia, entre outras empresas. Saiba mais [clikando aqui](#).

Echoenergia Comercializadora inicia suas operações em março de 2021

A Echoenergia anuncia sua entrada no mercado de comercialização de energia elétrica a partir do mês de março. Para liderar sua nova unidade de negócio, a empresa contratou Marco Sureck, responsável por estruturar, desenvolver e gerenciar a equipe comercial e regulatória de outras empresas do setor. “A investida faz parte da estratégia de crescimento da companhia. Temos 2 GW em projetos no pipeline para os próximos anos, e um dos pilares que impulsionarão nossa expansão será a diversificação de portfólio, conside-

rando que a capacidade técnica e operacional de nosso time nos permite crescer de 300 a 500 MW por ano”, acrescenta Edgard Corrochano, CEO e membro do conselho de administração da Echoenergia. Com o objetivo de comercializar 250 MW médios no seu primeiro ano, a Echoenergia Comercializadora nasce tendo como meta principal de ser um player ativo no mercado livre, com a participação nas tomadas de decisão do segmento e ficando ainda mais próxima dos consumidores livres. “A partir da implantação e aperfeiçoamento deste novo canal de comercialização, iremos alavancar o crescimento da Echoenergia, que já é uma das maiores e mais eficientes companhias de geração eólica do país. Ao mesmo tempo, nos beneficiaremos da robustez do Grupo e de seu expertise na construção e operação de complexos eólicos para comprar e vender energia de forma competitiva e eficaz”, destaca Marco Sureck, Diretor da Echoenergia Comercializadora.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



PRÓXIMA SEMANA

08.02 – Segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos de Mercado (SRM) da Aneel, Júlio Ferraz, para discutir a abertura do mercado de energia elétrica, às 9h30;

Bernardo Sicsú e demais coordenadores do Fórum do Gás participam de reunião do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN), às 15h.

09.02 – Terça-feira: Diretoria Executiva se reúne com o Secretário de Energia Elétrica do MME, Rodrigo Limp, para discutir o estudo Thymos sobre abertura integral do mercado de energia elétrica, às 14h.

10.02 – Quarta-feira: Presidente Executivo da Abraceel, Reginaldo Medeiros, participa da 1ª Reunião Ordinária da Diretoria de Energia do Departamento de Infraestrutura (Deinfra) da FIESP, às 10h;

Vice-presidência de Energia participa do 2º Workshop sobre o Modelo Conceitual do Mercado de Gás, às 14h;

Diretoria Executiva se reúne com o Diretor-Geral da Aneel, André Pepitone, para tratar da discussão do mérito de antecedência prevista na Resolução CNPE 07/2016, às 17h.

11.02 – Quinta-feira: Diretoria se reúne com o Diretor da Aneel, Hélvio Guerra, para discutir formação de preços e segurança de mercado, às 16h30.

12.02 – Sexta-feira: Sexta-Livre com o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) para discutir as perspectivas do Congresso para o setor elétrico no ano de 2021, às 10h.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



CALENDÁRIO ABRACEEL

FEVEREIRO

12.02 | 10h - Sexta Livre com o Deputado Arnaldo Jardim

25.02 | 10h - AGO para aprovação das contas da Abraceel em 2020

25.02 | 17h - Reunião do Conselho

MARÇO

10.03 | 15h - Reunião do GT

11.03 | 9h30 - Eleição do Conselho

18.03 | 17h - Reunião do Conselho

ABRIL

08.04 | Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico (a confirmar)

29.04 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)